

INFRAESTRUTURA



Porto do Rio Grande alcançou economia de R\$ 103 milhões entre 2024 e 2025

Complexo portuário do RS é o 2º mais eficiente do País

Investimentos garantem ganhos expressivos em eficiência e redução de custos

O complexo portuário do Rio Grande alcançou um dos melhores desempenhos operacionais do País, consolidando-se como referência nacional em eficiência e competitividade. Com base em dados do sistema Porto Sem Papel e do anuário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a Portos RS registra o segundo melhor resultado nacional na relação entre custo e eficiência operacional, mesmo diante de um cenário desafiador.

Entre 2024 e 2025, o porto apresentou uma evolução estimada de 12% nos índices de eficiência, resultado de investimentos contínuos em infraestrutura, modernização tecnológica e aprimoramento da gestão portuária. A melhoria nos indicadores operacionais gerou impacto direto na cadeia logística, com economia superior a R\$ 103 milhões no biênio, colocando o Porto do Rio Grande entre os empreendimentos portuários que mais geram valor no País.

Somente na redução de custos com estadia, o complexo atingiu a segunda maior economia nacional, com mais de R\$ 59 milhões. Ao considerar também os ganhos com atracação, Rio Grande figura como o segundo porto que mais gerou economia no Brasil. Além disso, a maior disponibilidade da infraestrutura operacional projeta um po-

tencial de R\$ 66,4 milhões em faturamento adicional.

Os avanços operacionais também são evidentes nos principais indicadores: o tempo médio de estadia caiu de 55,1 horas para 47,9 horas, enquanto o tempo médio de atracação foi reduzido em 4,95 horas. Com um custo médio de R\$ 5.296,81 por hora por navio, essa redução representa ganhos relevantes para armadores e operadores, além de acelerar o giro das embarcações. Os resultados refletem uma gestão mais eficiente dos berços e uma coordenação logística mais integrada, reduzindo tempos ociosos e ampliando a produtividade.

Mesmo operando com alto volume de cargas, o Porto do Rio Grande concentra 7,5% dos Documentos Únicos Virtuais (DUVs), a segunda maior participação nacional, o que reforça sua capacidade de manter elevados níveis de eficiência mesmo sob demanda intensa.

Os resultados também evidenciam o papel estratégico do complexo no desenvolvimento econômico, impulsionando cadeias produtivas como grãos, fertilizantes e cargas gerais, fundamentais para o comércio exterior. A resiliência operacional diante de desafios recentes garante previsibilidade e confiabilidade, com ganhos que chegam a ser até cinco vezes superiores aos de portos com demanda semelhante, consolidando uma vantagem competitiva relevante.

“Esse resultado demonstra que o Rio Grande do Sul está avançando de forma sólida na

modernização de seus ativos estratégicos. A eficiência do porto é consequência de planejamento, gestão qualificada e investimentos contínuos, que ampliam a competitividade do Estado no cenário nacional e internacional”, afirma o secretário de Logística e Transportes, Clóvis Magalhães.

Para o coordenador de Transformação Digital da Secretaria Nacional de Portos, Tiego Arruda, a combinação entre competitividade tarifária e desempenho operacional colocou a Portos RS em posição de destaque no cenário brasileiro. “A Portos RS alcançou o segundo melhor resultado nacional ao conjugar custo e eficiência operacional portuária. Contra dados, não há argumentos. A eficiência portuária é resultado de inúmeros fatores, mas o elemento primordial é, sem dúvida, a gestão.”

Já o presidente da Portos RS, Cristiano Klinger, destaca que os indicadores recentes apontam avanço consistente no desempenho do complexo portuário gaúcho. “Os números comprovam que estamos no caminho certo. O Porto do Rio Grande vem alcançando níveis de eficiência que o colocam entre os melhores do Brasil, resultado de planejamento, investimento e comprometimento das equipes, em sinergia com o setor privado.” Os resultados consolidam o complexo portuário do Rio Grande como referência nacional em eficiência, competitividade, gestão portuária e geração de valor para o comércio exterior do Brasil.

SUSTENTABILIDADE

Usinas solares acumulam 327 projetos com atraso em obras

A proliferação de projetos de energia solar em andamento em todo o País tem desafiado o planejamento do setor elétrico, por causa de dois extremos que envolvem a expansão dessa geração.

Se, por um lado, os micros e pequenos usuários de painéis fotovoltaicos se espalham rapidamente, testando os limites de capacidade das linhas de transmissão de energia em vários estados, por outro, grandes projetos de usinas solares passaram a acumular atrasos graves em obras, colocando em risco o fornecimento futuro de energia.

A Agência Folhapress fez um levantamento sobre a situação dessas usinas, a partir de dados da fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O resultado, atualizado até janeiro deste ano, mostra que há nada menos do que 327 projetos de usinas fotovoltaicas com cronograma de obras comprometidos, ou seja, são projetos que não entrarão em operação na data planejada.

A maior parte desses projetos foi autorizada em meados de 2022. Como o prazo para início de operação dessas usinas costuma ser de três a quatro anos, a maioria deveria entrar em operação entre 2025 e 2026. Juntas, essas usinas somam 14,86 GW (gigawatts) de capacidade, o que equivale a 23% da geração solar que hoje funciona no País, ou 7% de toda a capacidade nacional de produção de energia, incluindo todos os tipos de fontes. Para se ter uma ideia, esse montante de energia supera a capacidade total da usina de Itaipu, que é a segunda maior hidrelétrica do mundo em capacidade instalada.

Dos 327 projetos solares em atraso, 141 estão em situação mais grave e incluem várias usinas que sequer tiveram suas obras iniciadas. São 6,36 GW de potência que, na prática, dificilmente conseguirão reverter essa situação. As outras 186 usinas --com mais 8,50 GW de potência --apresentam atraso grave, mas ainda poderiam ter alguma chance de cumprir seus cronogramas.

Parte desses projetos problemáticos está concentrada em alguns complexos de usinas solares. É o caso, por exemplo, do complexo Walfrido Ávila, previsto para ser construído em Minas Gerais e autorizado desde

2022 pela Aneel. O prazo previsto para entrada em operação era janeiro de 2026.

O empreendimento reúne cerca de 40 usinas solares de 50 MW (megawatts) cada, totalizando cerca de 2 GW de capacidade. Os dados mostram que, até janeiro, as obras das usinas não tinham começado.

A Folhapress questionou a empresa Solatio, que é a dona do empreendimento, sobre quais os motivos do atraso e qual é a situação atual do projeto. Segundo a empresa, o complexo solar tinha a missão de abastecer um projeto de produção de hidrogênio verde de 3 mil MW no Piauí, que acabou não vingando, comprometendo seus planos.

“A UFV Walfrido Ávila possui todas as licenças e projetos. Ela iria suprir energia para o projeto de hidrogênio verde de 3.000 MW em Parnaíba, Piauí. Devido aos atrasos e reprovas na aprovação do projeto de hidrogênio verde, estamos avaliando transformar esse projeto num data center com uma carga menor (entre 500 MW e 1000 MW)”, declarou a companhia.

Segundo a Solatio, a geração solar “tem enfrentado muitos desafios nos últimos anos”, como cortes forçados de geração e taxa de juros elevada. “Mesmo com estes desafios, o projeto UFV Walfrido Ávila caminha como fornecedor de energia para cargas de Data Centers”, afirmou. A maior parte dos projetos solares em atraso está ligada ao fornecimento de energia previsto para clientes de grande porte, ou seja, não se trata de atender os contratos de distribuidoras tradicionais, que prestam serviço aos consumidores comuns.

Raio-X das usinas solares com cronograma comprometido

Situação atual

141 usinas que não entrarão em operação no prazo
186 usinas com alto risco de atraso

Total de 327 projetos

Energia frustrada
14,86 gigawatts
Equivalente a 7% da capacidade elétrica do Brasil

Maior que a geração da hidrelétrica de Itaipu